



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CAMPUS V – MINISTRO ALCIDES CARNEIRO  
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS  
CURSO DE BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**PAULO CÉSAR BATISTA DE ARAÚJO**

**A RESILIÊNCIA DO AUTORITARISMO NOS PAÍSES ÁRABES**

**JOÃO PESSOA  
2015**

**PAULO CÉSAR BATISTA DE ARAÚJO**

**A RESILIÊNCIA DO AUTORITARISMO NOS PAÍSES ÁRABES**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharelado em Relações Internacionais.

Orientador: Profa. Dra. Ana Paula Maielo Silva.

**JOÃO PESSOA**  
**2015**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

A663r Araújo, Paulo César Batista de  
A resiliência do autoritarismo nos países árabes [manuscrito] /  
Paulo César Batista de Araújo. - 2015.  
40 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, 2015.

"Orientação: Profa. Dra. Ana Paula Maielo Silva, Departamento de Relações Internacionais".

1. Autoritarismo. 2. Democracia. 3. Países árabes. I. Título.  
21. ed. CDD 321.9

**Paulo César Batista de Araújo**

Monografia apresentada ao Curso de  
Relações Internacionais da Universidade  
Estadual da Paraíba.

Aprovado (a) em 11/12/2015.

Ana Paula Maielo Silva

Professor (a) Ana Paula Maielo Silva / UEPB

Orientador (a)

Cristina Pacheco

Professor (a) Cristina Carvalho Pacheco / UEPB

Examinador (a)

Murilo Mesquita Melo e Silva

Professor (a) Murilo Mesquita Melo e Silva / UEPB

Examinador (a)

## AGRADECIMENTOS

Ao Senhor Deus, em primeiro lugar, por me conceder as condições de vida necessárias para alcançar meus objetivos.

Aos meus pais, Tico e Graça, antes de tudo pela força, pela educação e pelos valores repassados. Depois, pela confiança depositada em mim, pelo apoio que me deram em minhas escolhas, e acima de tudo, pelo amor que compartilharam comigo durante toda minha vida.

Aos meus irmãos, Poliana e Pedro, com quem compartilho os melhores momentos da minha vida.

Às minhas tias Aparecida e Isaura, pelo acolhimento em João Pessoa.

Às minhas avós Anatilde e Alzira, que tanto me inspiram a ser uma pessoa melhor.

Aos meus amigos do Lista, Beatriz, Daniel, Geórgia, Indira, Lohana e Taís, *plus* Aline Matos e Arthur, por me ensinarem que a besteira é o segredo para as melhores amizades.

Às minhas amigas Kamila, Letícia e Lívia, que me adotaram para suas vidas e suas casas como um irmão, e fizeram de mim um ser humano mais amoroso. Agradeço pelas valiosas caronas também.

Aos meus amigos de curso, Aline Cavalcanti, Amanda Arruda, Caio, Castanheira e Rayanne, por preencherem além de minhas manhãs, também as minhas noites em João Pessoa.

Aos meus amigos de Sousa, Alan, Camila, Cielly, Cleidiane, Devan, Fabrício, Jorgiana, Mikaelly, Patrícia, Ricardo e Vanessa, por fazerem parte das saudades da minha vida no interior.

Ao MUNDI e à DIGNATA, por me tornarem um profissional mais capacitado.

Aos meus amigos do Burn, Alysson, Beatriz, Davi, Juliana, Lara, Luana, Luiz, Marcella, Patrícia, Ricardo e Sabrina, por darem um toque cearense ao meu coração.

Aos professores Cristina Pacheco e Murilo Mesquita, por aceitarem meu convite para fazer parte da minha banca.

A toda minha família que torceu pelo meu sucesso acadêmico, em especial minha tia e madrinha, Socorro.

E a todos os colegas de curso, professores, funcionários, amigos e familiares, que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, deixo aqui a minha gratidão.

*Dedico este trabalho ao meu avô, Sebastião (in memoriam), que tinha tanto orgulho dos meus estudos, que Deus decidiu torná-lo além de um anjo protetor, uma força propulsora para minhas conquistas. Vô, onde o senhor estiver, espero que saiba que as lágrimas que derramei em sua partida, hoje se transformam em sorriso por saber que realizo um sonho que também era seu.*

*“God and man, state and society, revelation and reason, self and other, East and West, tradition and modernity become therefore refigured from antitheses to syntheses that make political imagination and remake democratic ethos.”*

Larbi Sadiki

## RESUMO

O cenário político do mundo árabe, desde o processo de independência das colônias da região, sempre foi palco de intensas discussões no âmbito acadêmico, em diversas áreas de pesquisa. Com o desenvolvimento do nacionalismo árabe, o caráter autoritário dos regimes no Oriente Médio e no Norte da África (MENA<sup>1</sup>) tornou-se foco de estudos voltados para a relação entre essas formas de governo e as instabilidades presentes na região. Nesse sentido, discursos referentes à introdução de reformas democráticas tomaram espaço no campo da produção de conhecimento, assim como na realidade de alguns países, na busca por um ambiente mais estável, pluralista e justo. Entretanto, constata-se que até hoje existem impedimentos para a ascensão da democracia no mundo árabe, e esses impedimentos são objetos de um importante debate sobre o caráter permanente dos governos autoritários naquela região. O presente estudo será realizado com base em ampla revisão bibliográfica e pelo agrupamento de diferentes opiniões e seus argumentos, decorrentes sobre o tema em tela. A partir da análise da diversidade desses debates teóricos do nacionalismo presente nos países árabes, bem como de suas configurações socioeconômicas, acredita-se que este trabalho se faz necessário no âmbito das discussões do cenário político internacional, mais particularmente no campo das RIs.

**Palavras-Chave:** Autoritarismo. Democracia. Países Árabes.

---

<sup>1</sup> Sigla em inglês para: *Middle East and North of Africa*

## **ABSTRACT**

The political background of the Arab world, since the process of independence of the colonies in the region, has always been scene for intense discussions in the academia, in several areas of research. With the development of Arab nationalism, the authoritarian feature of regimes in the Middle East and North Africa (MENA) has become the focus of studies focused on the relationship between these forms of government and the instabilities present in that region. In this sense, discourses of democratic reforms have taken space in the knowledge production field as well as the reality of some countries in the search for a more stable, pluralistic and fair environment. However, it appears that these days there are still impediments to the rise of democracy in the Arab world, and these impediments are the subject of a major debate on the permanent feature of authoritarian governments in the region. This study will be conducted based on extensive literature review and by the grouping of different opinions and their arguments arising on the subject on screen. From the analysis of the diversity of these theoretical discussions of nationalism present in Arab countries, as well as their socioeconomic settings, it is believed that this work is necessary in the discussions of the international political scene, more particularly in the field of IRs.

**Keywords:** Authoritarianism. Democracy. Arab countries.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>1. A NATUREZA DO AUTORITARISMO ÁRABE.....</b>	<b>15</b>
<b>2. OS DIVERSOS PRISMAS DA RESILIÊNCIA.....</b>	<b>20</b>
<b>2.1 Sociedade civil como agente ativo nos processos de reforma.....</b>	<b>28</b>
<b>2.2 Cultura, religião e autoritarismo.....</b>	<b>32</b>
<b>2.3 O contexto econômico doméstico e internacional do autoritarismo.....</b>	<b>35</b>
<b>2.4 Os atores externos: mecanismos de déficit ou superávit democrático? ..</b>	<b>38</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>42</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>43</b>

## INTRODUÇÃO

Nas décadas de 1950 e 1960, formuladores de política e analistas voltavam suas atenções para as questões relativas à “modernização” e “desenvolvimento” como os principais objetivos da evolução do mundo. Mais tarde, nos anos 1970 e 1980, o foco estava na “estabilidade” e no “poder dos Estados” como aspectos fundamentais para o desenvolvimento do sistema internacional. Com o fim da Guerra Fria, essas análises normativas e teleológicas cederam espaço para a temática da democracia. Conseqüentemente, uma volumosa literatura e uma grande variedade de *think tanks* se multiplicaram para refletir as condições prévias para a consolidação da democracia e os modos de transição de regimes autoritários para democráticos (Keshavarzian, 2005).

Essa literatura ganha intensidade quando relacionada ao ambiente do mundo árabe, onde o autoritarismo predomina como forma de governo, e as discussões que tratam das reformas de cunho democrático geram controvérsias que resultam em uma diversidade teórica cada vez mais presente no cenário acadêmico mundial. O crescente número de diferentes teorias, que aparecem buscando esclarecer os insucessos relacionados a essas tentativas de democratização em países árabes, faz com que surjam questionamentos sobre a forma como alguns assuntos são tratados. Por ser uma tendência comum no ramo da produção de conhecimento teórico, essas séries de premissas também estão sujeitas a diversas críticas. Dessa forma, a gama de explicações é formada também por opiniões adversas, as quais tornam o debate sobre o tema ainda mais complexo.

A análise desses debates teóricos, por meio de uma revisão detalhada dos principais argumentos que compõem os discursos das diversas abordagens, é de suma importância para compilar, de maneira sintética, os variados assuntos que permeiam esse debate.

Apesar das discordâncias, constata-se que, atualmente, no cenário acadêmico mundial, essas teorias estão cada vez mais interligadas, quando se trata da resiliência do autoritarismo, em busca de desvendar, assim, quais as principais características presentes internamente nos países de origem árabe que permitem a ocorrência desse fenômeno.

Essa junção de conceitos, opiniões e abordagens, cria um espaço para que outros importantes questionamentos sejam desenvolvidos sobre as próprias teorias. Quais dessas abordagens teóricas melhor contribuem para se pensar a questão da permanência

de governos autoritários nos países árabes? Quais pontos de convergência e divergência entre elas que melhor situam o debate dentro desse assunto? E de que forma esse debate repercute no meio acadêmico internacional?

Os fatores determinantes para a resiliência de um governo autoritário são distribuídos em diversas abordagens de acordo com as contribuições de importantes teóricos. Dentre as principais, é importante levar em consideração as discussões sobre a participação da sociedade civil como parte essencial do processo de democratização. Os discursos voltados para essa premissa pautam-se, de forma otimista, na interpretação do fenômeno como um indício do fortalecimento democrático dos cidadãos árabes, além de ser considerada uma fonte pacífica de promoção da democracia por alguns tomadores de decisão, em especial, norte-americanos (Phillips, 2008).

Mais um fator que dá base a outros importantes discursos, é a associação do autoritarismo com a cultura no cenário doméstico de cada país. Nessa abordagem, a persistência de regimes autoritários em certos lugares está associada ao fato de os sistemas políticos dos estados estarem concentrados de forma subjetiva na percepção e ponderações de sua população. Isso explicaria a incompatibilidade entre valores democráticos e os aspectos culturais que predominam na região como, por exemplo, patriarcalismo, tribalismo e Islamismo.<sup>2</sup>

A relação da natureza particular das economias do Oriente Médio com a ordem econômica mundial, caracterizada por um sistema de liberalização comercial, que serve de moldura para o alcance da democracia, pode ser utilizada como fator importante para explicar a permanência de governos autoritários. Luciani (1987) enfatiza o papel das instituições econômicas na região dos países árabes como um mecanismo central de construção dos parâmetros básicos da política.

Além dessas questões, uma abordagem relativa à presença de potências internacionais no processo de transição política nos países árabes, também é um tema bastante discutido pelos acadêmicos. Essa discussão aqui gira em torno dos conceitos de modernização e internacionalização, abordados por diversos autores, a exemplo de Przeworski (2000), no sentido dar base aos argumentos que defendem uma transição que adote estilos de governo presentes em outros países mais “avançados”.

---

<sup>2</sup> *Ibidem.*

Todos esses aspectos estão, ainda, intrinsecamente relacionados com a dificuldade na conceituação de democracia que existe atualmente no ambiente acadêmico.

Ao traçar um quadro do atual debate em torno dos insucessos de algumas tentativas de democratização nos países árabes, identificando os principais argumentos de cada discurso, este trabalho pretende demonstrar alguns aspectos que contribuíram para a permanência dos governos nos moldes autoritários. Com efeito, será possível conhecer, de maneira mais abrangente, as diversas variáveis que tornam a discussão sobre a resistência do caráter autoritário naqueles países extremamente complexa, ao mesmo tempo, como essas variáveis interagem entre si, e que características da resiliência elas destacam.

Anseia-se, assim, contribuir para o desenvolvimento de um importante debate que permeia o cenário político internacional, atualmente, e, portanto, se faz importante para a disciplina de Relações Internacionais. E dessa forma, proporcionar um aparato teórico que identifique os principais argumentos presentes nos discursos sobre a resiliência do autoritarismo, para que a situação política nos países árabes seja melhor compreendida pela comunidade acadêmica, através de um encontro mais diverso das opiniões que sujeitam explicá-la.

## 1 A NATUREZA DO AUTORITARISMO ÁRABE

O declínio do Império Otomano abriu portas para o início do colonialismo europeu nas regiões do Oriente Médio e Norte da África. Com o passar dos anos, o sentimento de nacionalismo nos países de origem árabe dessas regiões fez com que tivesse início o processo de independência das colônias, caracterizado por uma série de conflitos políticos, religiosos e culturais (Hawthorne, 2004).

Com efeito, na tentativa de instalação de um consenso anti-judaico mais amplo entre os países árabes, e do bloqueio do envolvimento da política ocidental no mundo árabe, surge o pan-Arabismo. Esse movimento político inspirou esforços no sentido de reformular os sistemas políticos para Estados de partido único, com economias centralmente controladas, características predominantes em governos autoritários.

Segundo Rashid Khalidi (1991), por grande parte do século XX, o nacionalismo foi considerado como uma ideologia líder no mundo árabe. No entanto, esse princípio perdeu força no meio teórico, quando questões relacionadas ao nacionalismo individual dos Estados e das ideologias islâmicas no Oriente Médio, começaram a tomar maior proporção dentro das questões políticas daquela região.

De acordo com a tese de Khalidi (1991), o Nacionalismo Árabe pode ser resumido como a ideia de que os árabes são um povo ligado por fronteiras especiais de idioma, história e, como muitos acrescentam, religião. A religião, no entanto, se apresentaria como um dos maiores desafiadores para todas as outras ideologias no mundo árabe e poderia, em certas ocasiões, mascarar toda a ideia de nacionalismo, em sua complexidade.

A questão de que a organização política árabe deve de alguma forma refletir sua realidade, ainda tem força nos países de língua árabe. A justificativa é de que os Estados pertencentes a esse grupo devem funcionar com alto grau de coesão (a qual, apesar de não funcionar como sugere os princípios originais do nacionalismo árabe, ainda existe), que pode ser encontrado, por exemplo, na Liga dos Estados Árabes<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup> A Liga dos Estados Árabes (ou Liga Árabe) é uma organização internacional composta atualmente por 21 Estados (com a suspensão da Síria) das regiões norte e nordeste da África, e sudoeste da Ásia. Surgiu a partir do Protocolo de Alexandria, assinado em 1944, com o objetivo de integrar sócio, cultural, econômico e politicamente os países da região, bem como mediar disputas entre eles. Em 1945, com a adoção da Carta da Liga dos Estados Árabes, passa a entrar em funcionamento.

Joseph Nye (2002), ao tratar dos conflitos no Oriente Médio, estabelece uma ideia de nacionalismo como um meio importante para a luta pelo poder naquela região. Segundo ele, o nacionalismo é enganador, porque ao mesmo tempo em que se apresenta como um termo descritivo, também é prescritivo. E quando palavras são detentoras de ambas as características, elas adquirem um caráter político usado em lutas por poder. Dessa forma, o nacionalismo havia se tornado um princípio crucial de legitimidade estatal no mundo moderno.<sup>4</sup> Em contrapartida, reivindicações ao estatuto de nação tornam-se instrumentos poderosos, na medida em que um povo é capaz de conduzir outro a constituírem uma nação e, a partir dessa pretensão, criar uma arma contra seus adversários.

Como Nye (2002) exemplifica, na década de 1970, os Estados árabes exerceram pressão, com sucesso, em Assembleia Geral da ONU na defesa da aprovação de uma resolução que qualificava o Sionismo como uma conduta de caráter racista. O objetivo, segundo o autor, era o de coibir a legitimidade de Israel de se declarar uma nação. Essa reivindicação girava em torno do entendimento de que ser classificado como racista gera uma imagem negativa, e ser classificado como nacionalista é, geralmente, positivo. Sendo assim, apontar que Israel não se classificava como uma nação era usar palavras como armas. A resolução, no entanto, foi anulada em 1991, ao notar-se que a utilização da religião como uma base para a construção da identidade nacional, como era o caso dos Estados árabes, também dificultava a vida de minorias presentes nesses países, as quais não compartilhavam dos mesmos ideais religiosos que deram origem a essa identidade. Pois ao mesmo tempo em que a vida para os muçulmanos é mais difícil em Israel do que para os judeus, no Paquistão, os hindus tem uma vida mais difícil do que os muçulmanos. Isso, entretanto, não significa que em uma nação, cuja identidade é definida por uma religião, o Estado seja racista.<sup>5</sup>

Segundo a tese de C. Ernest Dawn (1991) a origem do nacionalismo árabe foi parte importante para o despertar dessa cultura no cenário internacional, pois permitiu aos árabes adentrarem ao mundo moderno da ciência e do secularismo ocidental. Segundo o autor, os muçulmanos buscaram na cultura ocidental os meios de afastarem o próprio poder do Ocidente sobre sua cultura, mas ao fazê-lo, havia uma "sensação desconfortável de serem infiéis a si mesmos"<sup>6</sup>. Os cristãos árabes, por outro lado, não

---

<sup>4</sup> *Understanding International Conflicts: An Introduction to Theory and History*. P. 206

<sup>5</sup> *Ibidem*

<sup>6</sup> *The Origins of Arab Nationalism*. P. 8

sentiam que o Ocidente como representado na Europa cristã fosse algo de outro mundo, e acreditavam que uma experiência desse tipo seria enriquecedora para a formação da identidade nacionalista árabe. Nye (2002) explica que a origem desse sentimento vem dos mais desadaptados, ou seja, indivíduos que são marginalizados dentro de sua própria cultura e incertos sobre suas identidades, como era o caso dos cristãos nos países árabes. Essas pessoas frequentemente interrogavam-se sobre seu espaço dentro da sociedade, visto que estavam fora dos padrões “normais” e, a partir das pretensões de intelectuais e grupos religiosos contrários, dentro de um cenário de mudanças, oriundas do processo de industrialização, a preocupação com uma nova identidade nacional vai ganhando mais apoio.

É importante salientar que esse processo de formação de uma auto visão nacionalista entre os árabes teve início com a adaptação para as condições orientais do conceito europeu de pátria e patriotismo. De acordo com Dawn (1991), o aparecimento de um conceito europeu e ocidental de patriotismo para os intelectuais burocratas egípcios e otomanos, que eram os maiores defensores do *wataniya*<sup>7</sup>, resultou de um desejo de superar a carência dessa ideologia nos países islâmicos e no Império Otomano. Eles tinham contato direto com a civilização europeia como consequência de ocuparem posições de autoridade e responsabilidade na governança de suas políticas. Sendo assim, esses intelectuais tiveram a noção de que os países europeus e os francos cristãos eram muito mais avançados em civilização do que os países muçulmanos, por esse motivo desejavam fervorosamente elevar os países islâmicos ao nível do ocidente. Sua principal crença era de que o progresso na Europa seria resultado do patriotismo, como era possível observar no amor dos franceses por sua pátria. O *wataniya*, portanto, era uma fonte de progresso e força, um meio de superar a lacuna entre as terras Islâmicas e a Europa.

No início do século XX, os muçulmanos desenvolveram uma auto visão que adotaria a ideologia da cultura nacionalista árabe como propulsora daquelas sociedades no século que acabara de iniciar. Tomando emprestados os pressupostos ocidentais, esses países árabes estabeleceram bases essenciais para a sua modernização, como por exemplo, a defesa de uma racionalidade mais intrínseca da humanidade, em detrimento de um pensamento centrado na religião. No entanto, na medida em que a sociedade europeia estava avançando, com base nesses pressupostos, a cultura islâmica presente

---

<sup>7</sup> Termo árabe para a palavra “patriotismo”. (Kunnathodi, 2011)

naqueles países os impedia de acompanhar o mesmo ritmo. De acordo com Dawn, a justificativa centrava-se na perda de poder e glória daquelas civilizações, ao se submeterem a um modelo ocidental que os afastava dos valores de seus ancestrais do Islã. Dessa forma, o retorno ao “verdadeiro islã”<sup>8</sup> se apresentava como uma maneira de fortalecer o nacionalismo árabe e, ao mesmo tempo, diminuir a subordinação ao Ocidente.

A mudança de ideologias nesses países, de seguidores do modelo nacionalista ocidental a propagadores do nacionalismo islâmico tradicional, ocasionou uma instabilidade política que os caracterizou pela primeira metade do século XX. Em um espaço de tempo relativamente curto, o Império Otomano, ao qual esses países pertenciam, entrou em colapso, e a Europa, representada por Inglaterra e França, que encontravam-se em um momento de grande expansão, assumia controle político e, principalmente, econômico sobre a região do Norte da África e Oriente Médio. Apesar de alguns desses Estados serem considerados independentes, e se mostrarem fiéis ao nacionalismo árabe, a presença ocidental continuou se fortalecendo até o fim da Segunda Guerra Mundial. Após a Revolução dos Oficiais Livres<sup>9</sup> e a ascensão de Gamal Abdel Nasser ao poder, no Egito, em 1952, o liberalismo europeu perdeu espaço e o sentimento de pan-arabismo e socialismo árabe deram uma nova conjuntura aos sistemas políticos da região. Esses sistemas eram basicamente caracterizados por Estados de partido único e economias centralmente controladas (Hawthorne, 2004).

Entretanto, por volta dos anos oitenta e início dos anos noventa, com os regimes enfrentando o duplo desafio de contração econômica e movimentos de oposição islâmicos, uma leve tendência liberalizante ressurgiu. A presença de parlamentos, eleições e vozes alternativas caracterizou um processo de aumento do pluralismo e liberalização política em um ambiente até então marcado por regimes autoritários, cuja experiência era nenhuma no que tange a tais aspectos. Esses episódios causaram otimismo entre observadores domésticos e internacionais, nos âmbitos político e acadêmico (Phillips, 2008).

Na década de 1990, o apoio à democracia cresceu rapidamente, impulsionado por uma confluência de outras tendências, além da onda liberalizante nos países árabes. Esses fenômenos incluíam a queda do comunismo na Europa Oriental, o colapso da

---

<sup>8</sup> Tradução para o termo *true Islam*, utilizado por Dawn para definir o islamismo tradicional, baseado nos pressupostos dos antepassados religiosos daquele povo.

<sup>9</sup> Tradução nossa para *Free Officers' revolution*.

União Soviética, a tendência surpreendentemente generalizada de aberturas políticas na África subsaariana, e as novas transições democráticas na Ásia. Para a maior parte dos territórios, onde a democracia parecia estar emergindo, o Ocidente se mostrou mais solidário, tanto diplomaticamente, como economicamente. Esse apoio se tornaria ferramenta essencial para o fortalecimento das reivindicações em prol de reformas políticas naqueles países. (Carothers, 2002).

Após os ataques de 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos, onde uma imagem de terror pairava sobre o Oriente Médio, muitas políticas externas ocidentais direcionaram-se para o assunto das reformas políticas no mundo árabe. Essa atenção estava relacionada, principalmente, com a luta contra o terrorismo, pois o cenário político autoritário daqueles países dificultava de certa forma, o combate àquele fenômeno. Não obstante, o assunto tornou-se tema de discussões na própria região em questão, onde alguns governos reconheceram as reformas como algo necessário, mesmo que isso significasse, na visão de alguns, aderirem a um estilo de administração nos moldes ocidentais (Hawthorne, 2004). Essas discussões trouxeram para a academia um aparato bastante complexo de teorias e abordagens, levando em consideração questões peculiares dos países onde os processos de reforma democrática não conseguiam ser instituídos. Destarte, o próximo capítulo tratará da complexidade desse contexto, de forma a coordenar as abordagens mais relevantes que giram em torno da problemática, em uma coletânea teórica que acrescentará bastante ao campo das Relações Internacionais.

## 2 OS DIVERSOS PRISMAS DA RESILIÊNCIA

O cenário político do final do século XX foi marcado por processos de mudanças em diversas regiões do mundo. Além da desintegração da União Soviética, que comprometeu regimes em considerável parte da Ásia, o colapso das ditaduras militares, na América Latina, o fim de regimes comunistas no Leste Europeu, e o início de um processo de abertura política, em algumas partes do Oriente Médio e Norte da África, também marcaram esse período. Essas transformações ficaram conhecidas como “*the third wave*”<sup>10</sup>, na denominação de Huntington (1991), conceito advindo de uma tendência caracterizada pelo movimento de transição política de regimes autoritários e centralizados para regimes mais pluralizados e liberalizados.<sup>11</sup>

Nos países árabes, essas reformas políticas têm, ao menos nas duas últimas décadas, estado em crescente evidência em razão, principalmente, dos debates teóricos que adquirem espaço no ambiente acadêmico. Tais debates podem ser vistos por meio de uma teia de argumentos, que contribuem para a estruturação de discussões cada vez mais complexas sobre a resiliência de governos autoritários nesses países. Um dos principais focos da discussão gira em torno da conceituação de democracia, e o processo sob o qual esta forma de governo é/deve ser instituída.

Com origem na filosofia grega, como uma forma de governo ideal, a democracia na antiguidade centrava-se na participação do cidadão em questões políticas. Tendo em vista seu caráter idealista, era comum não haver um inteiro comprometimento em relação à aplicação dos preceitos democráticos em uma sociedade (Vitale, 2007). Sendo assim, a ideia de democracia, como entendida por esses filósofos, na *polis*, não era posta completamente em prática.

Com a evolução da ciência política, novos conceitos e novas abordagens surgem no mundo com o intuito de fazer com que o estabelecimento da democracia em determinada sociedade seja mais efetivo, no que tange à sua adaptação à realidade. Robert Dahl (1971), procurando desenvolver um modelo democrático mais global, dada

---

<sup>10</sup> Em português: “a terceira onda”. Esse termo sucede a primeira onda, denominada por Huntington como “onda reversa”, por ser caracterizada por uma diminuição no número de democracias no mundo, com o surgimento de regimes autoritários como o de Mussolini na Itália, em 1942; e a segunda onda, uma onda de democratização que tem início no sistema internacional por volta dos anos 1960, resultante da vitória dos Aliados na Segunda Guerra Mundial.

<sup>11</sup> Trabalho de pesquisa não publicado e desenvolvido por Ana Paula Maielo Silva, intitulado: **Democratização versus resiliência: autoritarismo e reforma política nos países árabes (2011).**

a falta de consenso existente entre as teorias que tratam desse tema, elabora um estudo sobre a Poliarquia como forma de governo ideal. Neste governo, a democracia seria aplicada de maneira a combinar suas características com características de governos autoritários, criando um ambiente híbrido mais eficiente no que tange à administração.

Dentro da sua análise, Dahl (1971) estabelece dois princípios básicos nos quais a Poliarquia é baseada: a inclusividade, centrada em uma maior participação dos cidadãos na política, e a liberalização, no sentido de contestação pública. A inclusividade seria caracterizada pelo nível de movimentação e organização dos indivíduos em determinado regime, mesmo que isso envolva uma oposição ao governo, transmitida, principalmente, por meio de uma maior diversidade partidária nas eleições. A liberalização, por sua vez, seria uma propriedade dessa forma de governo, cujo foco principal é a liberdade política, traduzida na aceitação de diferentes opiniões e formas de pensamento em relação à forma de governo de uma sociedade, associadas à formação de preferências dentro do regime, que permitiria contestações públicas sem repressão dos cidadãos. Segundo Dahl (1971):

As Poliarquias podem ser pensadas então como regimes relativamente, mas incompletamente, democratizados, ou, em outros termos, as Poliarquias são regimes que foram substancialmente popularizados e liberalizados, isto é, fortemente inclusivos e amplamente abertos à contestação pública. (p. 31, tradução nossa)

Outra importante abordagem, que questiona a normatividade presente no conceito de democracia difundido na comunidade internacional, é a elucidada por Sarah Phillips (2008), que propõe um contraste entre os argumentos presentes nas teorias trabalhadas, que ela separa em duas linhas de pensamento, com as reformas políticas em regimes autoritários.

Na primeira linha de pensamento, a democracia - mesmo estando, estruturalmente, fora dos moldes ocidentais - é vista como consequência de um compromisso normativo dos governos que aderem a este sistema político. Neste sentido, James Piscaroti (2000), é citado por Phillips (2008) como pertencente a essa primeira linha:

Ele sugere que a presença recorrente de eleições e os processos competitivos que eles fomentam podem “iniciar um processo de aprendizagem pelo qual a experiência participativa exercita um tipo de efeito de socialização por meio de comentários” e o espírito de

democracia é gradualmente instalado por meio do recurso da negociação e competição política (p. 3, tradução nossa).

Os pressupostos que permeiam a segunda linha de pensamento se voltam para aqueles que defendem uma democracia caracterizada como híbrida. Onde o autoritarismo esteja presente como um complemento, ao invés de uma ameaça à democratização. Dessa forma, um regime mais duradouro seria estabelecido sem que houvesse anseios por reformas. Daniel Brumberg (2003, *apud* Phillips, 2008) explica a ideia com base no que ele classifica como uma “casa de recuperação” política<sup>12</sup>, ou seja, uma evolução do próprio autoritarismo, fundamentada na interação com normas e instituições democráticas, ao invés da imposição dessas, promovendo assim, um ambiente híbrido.

O objeto de estudo dessa proposição envolve, principalmente, a utilização do termo “democracia” e suas peculiaridades. Segundo Brumberg (2003, *apud* Phillips 2008), a democracia não explica *per si* os casos de pluralismo, ou de elevado nível de participação política nos países árabes, pois mesmo com a adoção de um sistema normativo democrático, por meio de normas e instituições, um regime autoritário pode, ainda, adquirir legitimidade necessária para ser reforçado em um ambiente que, para alguns autores, pode ser denominado como “em transição política”.

O mesmo argumento reflete uma diferenciação fácil de ser confundida, segundo o autor, ao analisar os modelos políticos no Oriente Médio. Essa distinção crucial está centrada na divisão entre: democracia e liberalização política. Segundo Daniel Brumberg (2004), a democracia baseia-se em regras, instituições e práticas políticas por meio das quais os eleitores regularmente e constitucionalmente substituem ou modificam sua liderança, utilizando-se do exercício do poder político representativo. A liberalização política, pelo contrário, está voltada para a promoção de um debate livre e concorrência em meios de comunicação, na sociedade civil e entre partidos políticos. É uma condição necessária, porém, longe de ser suficiente para a democracia.

Aqui, a defesa de um Estado híbrido está relacionada, sobretudo, com a tentativa de amenizar os impactos que podem ser gerados pela influência ocidental durante o processo de reforma, principalmente oriunda dos Estados Unidos. Amy Hawthorne (2008, p. 9-10) traz três tipos de reforma que podem ser analisados na teoria. O primeiro está centrado nas mudanças de acordo com as necessidades de liberalização econômica, com aperfeiçoamento do mercado em todos os sentidos, de acordo com a perspectiva

---

<sup>12</sup> Tradução nossa para: *Political “halfway” house*.

liberal; o segundo, relativo aos esforços do povo islâmico moderador, na luta em busca de direito a voto, eleições livres e limites de mandato, atenta-se à questão da preservação dos costumes dessa minoria, mesmo dentro de uma sociedade com características ocidentais; e o terceiro tipo de reforma estabelece critérios para uma abordagem com base na modernização, ou seja, uma transição que objetive criar um ambiente com políticas, leis e estruturas de países ocidentais desenvolvidos. Este último tipo prefere entender que os países árabes já são democracia, porém não completamente, devido à ausência de uma estrutura desenvolvida, consequência da falta de modernização.

As três perspectivas para a reforma se encontram quando o assunto é a rejeição do papel dos *outsiders*, como os Estados Unidos. Essa influência externa direta pode inclusive, segundo Marsha Pripstein Posusney (2005), promover o crescimento do poder de alguns regimes intolerantes e até mesmo não liberais, que nos países árabes são liderados pelos Islâmicos Moderados. Ainda segundo a autora, no processo de reforma, o termo “democratização” pode ser substituído por “pluralização” ou “multipartidarismo”, no intuito de amenizar o impacto que esse procedimento possa gerar para aqueles que são menos maleáveis a aceitá-lo. Com base nisso, entende-se que o procedimento de reforma política tende a ser mais bem legitimado, nos países árabes, quando encetado a partir de uma iniciativa do próprio arranjo social do país sujeito ao processo.

Phillips (2008), explica como pode haver a deturpação no entendimento dos conceitos de democracia, liberalização e pluralismo, citando Najib Ghabbian (1997), em um trecho de sua obra *“Democratization and the Islamist Challenge in the Arab World”*:

O rei [da Jordânia] se colocou acima e fora de todo o processo. É verdade que Hussein aumentou o âmbito da participação política, ampliou a margem de liberdade e legalizou partidos políticos, mas nenhum mecanismo foi desenvolvido para a transferência de poder. Pelo contrário, o Rei, em troca destas reformas, reafirmou seu papel como árbitro final e tomador de decisões. Assim, o caso democrático jordaniano pode ser caracterizado como democracia sem a transferência de poder. (p. 19, tradução nossa).

Segundo *Ghabbian*, no governo da Jordânia vários critérios podem ser classificados como referentes a um regime autoritário, principalmente no que tange ao papel do rei como um tomador de decisão, cujo poder é intransferível. No entanto, pode

ser denominada uma “democracia sem transferência de poder”, devido às características pluralistas e liberais que rodeiam o cenário político. Por outro lado, Silva (2011), corroborando com as análises de Phillips (2008), entende essa denominação como imprecisa, visto que, segundo ela:

Um regime em que o líder se mantém no poder por décadas, sem contemplar a possibilidade de transferi-lo, jamais poderia ser classificado como democrático, mesmo na presença de aberturas e de certas liberdades políticas.

Sobre esse aspecto, encontra-se na abordagem de Daniel Brumberg uma análise de países como Egito, Marrocos e Argélia que, como a Jordânia, possuem uma mistura de pluralismo orientado, eleições limitadas e repressão, indicando, além da existência de uma “estratégia de sobrevivência” das elites dominadoras, um tipo de sistema político que abarca fundamentalmente instituições, regras e lógicas, as quais desafiam qualquer modelo padrão de democratização (Brumberg, 2002, p. 56).

Os países cujos regimes passaram por uma série de reformas políticas são denominados por Brumberg (2003) como “autocracias liberais”.<sup>13</sup> Para ele, a combinação entre o pluralismo e autoritarismo, existente em alguns governos do mundo árabe permite que haja uma classificação destes como autocracias liberais. As eleições nesses locais são realizadas sob um cenário de abertura política, da mesma maneira que a sociedade civil e a imprensa também recebem incentivos por parte de seus líderes para praticarem sua liberdade dentro daquele regime. Ainda, a possibilidade de eleição de uma oposição faz parte do sistema político destes países, permitindo também que os opositores adquiram cargos de parlamentares e até mesmo de ministros. Por outro lado, o cenário autocrático reside no fato de o controle dos mecanismos de segurança, da mídia e das ações do governo ficar a cargo das elites locais, as quais, com isso, adquirem legitimidade e submissão por parte da sociedade civil, fazendo com que as decisões finais estejam sempre submetidas ao poder dos representantes desse grupo.<sup>14</sup>

Segundo, As'ad Ghanem (2002 *apud* Silva, 2011), mundialmente, o processo de democratização tem diversas peculiaridades, e pode ocorrer com enfoques diferentes em cada região em que é instituído. No entanto, a presença de grupos ativistas e líderes

---

<sup>13</sup> Ou “autocracias liberalizadas” (respectivamente, traduções para os termos *liberal autocracies* e *liberalized autocracies*).

<sup>14</sup> BRUMBERG, Daniel. **Liberalization versus Democracy: Understanding Arab Political Reform.** Democracy and Rule of Law Project, Carnegie Endowment for International Peace, Number 37, May 2003.

locais ou nacionais na luta em favor dos direitos do cidadão, e dos direitos humanos, em geral, é o fator mais expressivo em qualquer processo de reforma democrática ao redor do mundo, juntamente com o avanço de um processo político baseado na competitividade, alimentando um escopo crucial da essência democrática.

Ghanem (2002, *apud* Silva, 2011) ainda complementa o argumento, elucidando que a globalização e a modernização foram responsáveis pelo surgimento de um sentimento mais democrático em líderes estatais e sociais, dentro de um processo de transição política. Esse é um aspecto de extrema relevância, na medida em que implica uma ampliação de horizontes no âmbito social, no que diz respeito à presença mais forte e liberal da mídia de massa, e conseqüentemente, o acesso a uma maior quantidade de informações sobre a qualidade de vida nas potências democráticas, em comparação (antagônica) aos países não democráticos.

Essas configurações políticas, nos países árabes, geram uma diversidade de padrões, os quais fazem com que os teóricos comecem a repensar várias classificações e modelos que expliquem de forma mais eficiente o cenário híbrido desses regimes. Isso se deve à falta de consenso em relação ao conceito de democracia, que apesar de precioso, ainda é vago nos pensamentos políticos modernos, fazendo com que debates surjam no sentido de dar-lhe uma definição mais precisa. Analisando a complexidade desses debates, Sarah Phillips (2008) apresenta algumas abordagens que mostram diferentes critérios, considerados por seus defensores como essenciais para denominar um regime como democrático.

A primeira abordagem, presente no pensamento de Joseph Schumpeter (2003), encontrada em sua obra *Capitalism, Socialism and Democracy*, traz a ideia do caráter fundamental da competitividade eleitoral como forma de promover a capacidade nos indivíduos de utilizarem seu poder voto para, dentro de um cenário de competição, decidirem o futuro do governo em que estão inseridos. Schumpeter ainda acrescenta que após a votação, o indivíduo eleito se torna o responsável pela ação política e o povo deve abster-se de instruí-lo normativamente dentro de sua atividade para com o governo.

Para além deste conceito, Samuel Huntington<sup>15</sup> constrói um argumento complementar ao da centralidade das eleições de Schumpeter. Ele sugere que a consolidação da democracia não se configura apenas na presença e na justiça das

---

<sup>15</sup> *The Third Wave: Democratization in the Late Twentieth Century*, 1991.

eleições, mas no que ele denomina de “teste de troca dupla”<sup>16</sup>, ou seja, a situação sob a qual os grupos adversários conseguem ganhar e, paralelamente, perder poder de forma pacífica no processo eleitoral. Isso significa que o caráter verdadeiramente democrático das eleições estaria inserido no contexto de troca de poder entre os mais variados atores políticos de forma justa nesse procedimento.

Phillips (2008) ainda expõe um terceiro ponto de vista criado por outros acadêmicos que buscam rejeitar as abordagens centradas em questões minimalistas, como é o caso do foco nas eleições, em Schumpeter (2003) e Huntington (1991). Para os estudiosos dessa linha, essas abordagens específicas devem ser vistas como um subconjunto, ao invés de critérios de definição, da democracia. As justificativas utilizadas por eles explicam que a justiça e a competitividade das eleições poderiam ser prejudicadas pela falta de igualdade de direitos políticos de povos em alguns países, Phillips (2008) estabelece os seguintes questionamentos:

Um Estado pode ser considerado democrático se mulheres ou outras minorias são excluídos do processo de votação, ou se, como na Jordânia, as leis eleitorais são manipuladas na medida em que o voto de um (tradicionalmente pró-regime) vale efetivamente cinco votos expressos em outro? Um Estado que é culpado de abusos contra os direitos humanos de seus cidadãos, pode ser considerado democrático? [...] (p. 20, tradução nossa)

A existência de eleições livres não significa, necessariamente, um fortalecimento relativo do poder das instituições eleitas, pois o sistema político de um país ainda pode ser prejudicado pelas elites influentes, por líderes religiosos, ou mesmo por um Executivo extremamente poderoso, mesmo com a ocorrência de eleições livres, justas, competitivas e regulares. Da mesma forma, a liberdade competitiva das eleições não tem relação com os limites impostos aos eleitos, nem com a maneira como eles responderão à população enquanto ocuparem o cargo. (Phillips, 2008, p.21).

O que é importante considerar na visão de Phillips, após conhecer tais abordagens, é como a proposta principal da democracia - a seu ver, de proteger a maneira como os cidadãos reagirão às ações governamentais, e como essas reações podem atingir seus líderes – se relaciona com a diminuição das oscilações nos âmbitos político, social e econômico dentro do regime. Segundo a autora, essa relação que prioriza as propostas da democracia, ao invés de suas manifestações, institucionaliza a

---

<sup>16</sup> Tradução nossa para o termo em inglês: “two-turnover test”.

busca por uma estabilidade que contribuirá para adaptar a mudança de ambientes, resultante do processo de transição política (Phillips, 2008).

Em contrapartida, a busca pela estabilidade para alguns teóricos não é a forma mais eficiente de se tratar a falha na introdução de reformas democráticas nos países árabes. Entende-se que a complexidade, resultante da diversidade de tentativas de elaboração de um conceito mais abrangente, é necessária para os estudos desse fenômeno. Ao mesmo tempo, isso torna o espaço para discussões sobre o tema cada vez maior e repleto de diferentes ideias.

Nesse sentido, Eva Bellin (2004) explica que a democracia é tão complexa que nenhuma variável se mostrará universalmente necessária ou suficiente para caracterizá-la. Qualquer noção de algum “pré-requisito” para democracia deve ser descartada. Sendo assim, a sequência de faltas dessas características nos países do MENA pode explicar a resiliência do autoritarismo, todavia, essas falhas não são exclusivas dessa região.

O desafio, no entanto, não é saber por que a democracia tem falhado em se consolidar nos países árabes, mas, primordialmente, saber por que a vasta maioria dos países dessa região não consegue sequer dar início ao processo de transição. Para esse entendimento, é necessário conhecer o que Bellin (2004) chama de “excepcionalismo árabe”, que requer um olhar além das falhas que os países apresentam dentro dos pré-requisitos para democracia, pois estas não são questões exclusivas dessa região.

Segundo a autora a raridade das transições democráticas nos países árabes pode ser entendida a partir da retomada de um trabalho clássico de Theda Skocpol sobre revolução<sup>17</sup>. No trabalho de Skocpol, a ocorrência ou não de revolução é explicada com base no aparato coercitivo do Estado, ou seja, no poder estatal de manter a desafeição popular controlada, a partir da manutenção de uma força coerente e efetiva. Relacionando com as transições democráticas, ou melhor, à sua não ocorrência, Bellin<sup>18</sup> explica que estes fenômenos só terão sucesso em locais onde a coercibilidade do Estado apresentar baixa capacidade de impedi-las.

Com base nesse pressuposto, a solução para o quebra-cabeça dos motivos para a resiliência do autoritarismo não estaria na ausência de pré-requisitos para a democratização, mas sim, na presença de um aparato coercitivo mais robusto na

---

<sup>17</sup> Obra intitulada *States and Social Revolutions (1979)*, citada por Bellin (2004).

<sup>18</sup> *The Robustness of Authoritarianism in the Middle East: Exceptionalism in Comparative Perspective*, p. 143.

administração desses países. A capacidade coercitiva dos Estados, alinhada à sua vontade de manutenção de um regime autoritário, é o que vem impedindo as transições democráticas. Encontra-se aqui, então, a excepcionalidade da região.<sup>19</sup> Com efeito, a existência dessa excepcionalidade nos países árabes, trará para a mesa questões particulares que darão base aos diferentes discursos sobre a resiliência dos regimes autoritários. As premissas abarcadas por esses discursos serão analisadas e contestadas conforme a divisão das seguintes categorias: o papel da sociedade civil; a influência das questões culturais e religiosas; as implicações do cenário econômico e o envolvimento de atores externos.

## 2.1 Sociedade civil como agente ativo nos processos de reforma

Até então, as discussões sobre a resiliência do autoritarismo situavam-se em um cenário de políticas externas de Estados ocidentais, instituições internacionais e alguns grupos de oposição na região árabe. Com o avanço das discussões e a maior participação de outros atores, como a sociedade civil e a mídia, a reforma democrática virou um assunto ligado aos interesses de grande parte da população.

Larry Diamond (1994)<sup>20</sup>, utiliza-se da denominação de Huntington, conhecida como “*the third wave*”, para explicar sobre o importante papel da sociedade civil como uma agência central para essa onda global de democratização:

Nesta terceira onda de democratização global, nenhum fenômeno tem mais vividamente capturado a imaginação de estudiosos democráticos, observadores e ativistas igualmente do que a "sociedade civil". O que poderia ser mais emocionante do que as histórias de bandas corajosas de estudantes, escritores, artistas, pastores, professores, trabalhadores e mães desafiando a duplicidade, a corrupção e a dominação brutal do Estado autoritário? (p. 4, tradução nossa)

Huntington e Diamond, junto com um grupo de outros autores, se encaixam em uma classe de teóricos que defendem a premissa segundo a qual a existência de uma sociedade civil ativa pode levar à democratização de regimes autoritários. A base dos estudos desenvolvidos por esses autores é a relação entre a intensidade da participação civil em questões políticas, e a efetivação de um governo democrático. Segundo os pressupostos, o agrupamento de opiniões na sociedade, por meio de assembleias e

---

<sup>19</sup> *Ibidem*.

<sup>20</sup> DIAMOND, Larry. *Rethinking democracy: towards democratic consolidation*. *Journal of Democracy*. Londres, 1994. Vol. 5. P. 4–17.

debates, faz com que o exercício da cidadania esteja mais presente na vida da população.

Nesse sentido, quando há crescimento no nível de participação dos indivíduos na sociedade, há também um maior compartilhamento de interesses e de confiança dentro das organizações públicas. Isso gera benefícios para todos, tendo em vista o elevado grau de cooperação que está em jogo nesse tipo de relacionamento entre os cidadãos, o que John Stuart Mill (1958) denomina como “*fellow-feeling*”, em sua obra *Considerations on Representative Government*, ao descrever uma situação em que a existência de governos mais representativos é dificultada:

Entre um povo sem sentimento de companheirismo, especialmente se eles leem e falam línguas diferentes, a união da opinião pública, necessária para o funcionamento do governo representativo, não pode existir [...] (p. 230, tradução nossa)

Dessa forma, a voz do povo irá compor uma parcela cada vez maior dentro do governo, uma vez que o engajamento da população é justificado pela busca de melhorias no desempenho de seus administradores, almejando uma maior atenção aos seus interesses.

Em suma, para estes autores, a promoção da democracia é determinada pela prosperidade presente na sociedade civil de determinado governo. Um lugar onde os indivíduos são capazes de exigir tanto *feedbacks*, quanto o comprometimento de seus governantes, é um lugar onde uma melhor administração reside.

Ao montar-se uma análise dessas reflexões otimistas aplicadas aos países árabes, o que se encontra é uma falha no que tange ao não satisfatório desempenho da sociedade civil para introdução de um processo que levasse aqueles países a instituir uma democracia internamente. Segundo Amy Hawthorne (2004), o período de reformulação política em grande quantidade de países árabes foi determinante para a sobrevivência de grupos da sociedade civil, além de aperfeiçoar as práticas desses grupos dentro do âmbito de um regime autoritário em declínio, como ocorreu no Egito, na Líbia e na Jordânia. No entanto, a grande quantidade de grupos, bem como o considerável reflexo de suas ações na sociedade, não representou a aptidão dos mesmos para modificar o cenário político de maneira geral, e, portanto, não levou à transição de um regime autoritário para uma democracia.

Nota-se que o objetivo de Hawthorne é enfatizar que o crescimento das organizações democráticas precisa ser avaliado como consequência de um processo de liberalização “*from below*”, ao invés de ser visto como causador deste. Dentro desse cenário, essas organizações são responsáveis por manter um conglomerado de noções normativas voltadas para uma administração mais bem correspondida, onde as elites dominantes sejam autorizadas a gerenciar e regulamentar as ações em conjunto dos cidadãos.

Dentro da sua abordagem, Hawthorne (2004) elucida como se deu o enfraquecimento da sociedade civil árabe como artifício determinante para a reforma democrática, por meio do entendimento de alguns fatores importantes. É evidente o papel de um Estado autoritário no controle e dominação de algumas parcelas da população, esse aspecto, associado à insensibilidade política do povo árabe, representam barreiras para a tomada de atitudes por parte da população em regimes não democráticos, daí sua importância. A autora, no entanto, requer uma análise mais densa sobre esse contexto de influência da sociedade civil, ela explica que a inaptidão de uma sociedade civil na promoção de valores democráticos fundamentada apenas nesses dois fatores é incompleta, pois a presença de organizações públicas com tendências democráticas é percebida inclusive em países onde o regime autoritário predomina.

A compreensão do papel da sociedade civil como parte essencial de uma reforma democrática deve estar permeada pela noção de que essa não é uma competência intrínseca da mesma. Amy Hawthorne (2004) explica que nem sempre a força social estará atrelada a todos os princípios democráticos, como aconteceu em Barém em 2002, quando seu líder King Hamad bin Isa Al Khalifa introduziu diversas mudanças na constitucionalidade de seu país, em prol de permitir uma maior participação pública na administração do país. No entanto, o líder manteve o caráter de monarquia ao seu país, governando juntamente com sua família e, ao mesmo tempo, autorizou a ocorrência de eleições para Conselhos Municipais e parte do Parlamento.

A partir deste contexto, entende-se que a população influenciou para que houvesse uma reforma, mas não para introduzir uma democracia. Muitas vezes, um povo pode demonstrar características pró-regime, não liberais e até mesmo apolíticas, dependendo das condições sob as quais o governo garantirá seus direitos. Dentro desse quadro de mudanças, não estabelecer uma agenda pró-democracia, que permita à sociedade desenvolver autonomia do regime corrente, bem como construir laços com outros setores da própria sociedade civil, capazes de adicionar poder na luta por uma

reforma democrática, acaba contribuindo com a permanência do autoritarismo como forma vigente de governo (Hawthorne, 2004).

A sociedade civil, representada em diferentes segmentos, tem a capacidade de se tornar uma extensão do Estado autoritário que, por sua vez, se utiliza de ferramentas voltadas para a agregação e controle da população dentro do regime. Esse fenômeno impossibilita haver uma oposição forte, por parte dos civis, capaz de fazer frente ao poder estatal. Estabelecendo uma análise da monarquia Hashemita da Jordânia, Wiktorowicz (2000, *apud* Cavatorta, 2013) apresenta uma tese que analisa um padrão de desenvolvimento da sociedade civil no Oriente Médio. Esse padrão se caracteriza por um processo político liberalizante, organizado por elites locais, que resultam mais tarde em uma elevação no número de instituições reguladas da sociedade civil, o que, para o autor, representa a utilização de mecanismos de controle social por parte do governo, de uma forma mais discreta se comparada aos critérios determinados pela repressão civil.

Especificamente nos países de origem árabe, a relação entre Estado e sociedade como uma forma de clientelismo é bastante frequente. Com um cenário político-econômico determinado por vínculos de dependência entre o povo e o Estado, esses países são exemplos de locais onde as relações clientelistas estatais estão presentes. Um estudo feito por Roniger e Gunes-Ataya (1994, *apud* Przeworski, 1995) demonstra, entre outras questões, a relação entre essa característica presente nos estados árabes e a resiliência dos regimes autoritários, explicando como a ideia moderna de que todos os indivíduos devem ter acesso à igualdade política é subvertida a partir de uma visão induzida de representação social. Sendo assim, a ausência de uma organização civil em prol de uma política pró democrática, que inclua grande parte dos segmentos desses cidadãos, também se dá como objeto de ligações clientelistas com o próprio estado autoritário e de uma fragmentação dos setores sociais.

Outro importante aspecto a se destacar é o valor dado pela população às necessidades básicas socioeconômicas que permeiam o cenário interno de seus países. O provimento de serviços que supram essas necessidades é mais prioritário do que o engajamento em questões políticas de caráter geral para o povo árabe. Assim nasce um sentimento de assistencialismo, alimentado pela parceria entre o governo e uma aliança estabelecida pelos grupos sociais visando o desenvolvimento doméstico (Hawthorne, 2004, p. 12). Por outro lado, é válido identificar a existência de outros grupos atuantes, algumas vezes de forma clandestina, cujos objetivos estão centrados na resistência ao poder do estado, entretanto, a contribuição em massa, necessária para que esses grupos

tenham êxito em seus propósitos, é impedida pelo caráter informal ao qual eles estão submetidos. Ainda, os ideais que permeiam a atitude opositora desses grupos não representam, necessariamente, uma convergência com os propósitos que dão base à criação de um regime democrático.

Essas questões supracitadas servem, da mesma maneira, como ferramentas impulsionadoras do contato entre os diferentes setores da sociedade civil, e como bases para o estabelecimento de um cenário contrário à difusão de um status quo correspondente aos auspícios do governo. O próprio regime é responsável por reforçar, e algumas vezes até gerar, a polarização da sociedade civil, com o intuito astuto de evitar que a coordenação de ideias e grupos dissidentes seja capaz de atingi-lhe. Dessa forma, a ligação entre os indivíduos dentro dos grupos sociais, sua natureza e orientação, se configura como algo relevante para impedir o desenvolvimento de um ponto de vista integrado, essencial para a reforma social e política (Silva, 2011).

O fato de a sociedade civil nos países árabes ter de enfrentar um número elevado de obstáculos, no intuito de adquirirem as capacidades necessárias que lhe permite conduzir uma reforma política democrática, não representa um empecilho à possibilidade de transição no futuro. De acordo com Silva (2011), essas especificidades não demonstram essencialmente um caráter imutável, pois tais características são consequências de eventualidades. A evolução de uma sociedade durante os anos pode possibilitar um aspecto mais autônomo a esta e, ainda, mais pró-democrática e unida (Hawthorne, 2004). As abordagens referentes à natureza dos regimes autoritários, bem como, das particularidades no que tange à manutenção do poder, são pertinentes para o entendimento deste tema, pois tal debate contribui de forma sugestiva em relação ao conjunto de variáveis que seriam imprescindíveis para sobrepujar o caráter autoritário destes regimes.

## **2.2 Cultura, religião e autoritarismo**

Embora muitos intelectuais e ativistas árabes continuem hostis a propostas de reforma vindas de fora, em particular dos Estados Unidos, eles se tornaram muito mais amenos em relação à ideia de que a democracia é uma aspiração legítima e voluntária de sociedades árabes, enquanto comunidades políticas (Hawthorne, 2004).

Joseph Colomer (2001) vê uma comunidade política como “um conjunto de indivíduos que reconhecem algum interesse comum básico entre si e tomam decisões coletivas aplicáveis.” (p. 15. Tradução nossa). Sua justificativa é de que comunidades mais simples, com preferências concentradas, são capazes de tomar decisões de maneira relativamente fácil. Quando a maioria da população é suficientemente homogênea, em termos socioeconômicos e culturais, como geralmente acontece em pequenas comunidades, um eleitorado com base em direitos de voto amplos pode identificar uma alternativa aceitável e produzir uma escolha social estável e satisfatória, mesmo sem mecanismos institucionais sofisticados.

A percepção de comunidade política também é analisada com base na participação política do cidadão, dentro da obra de Almond e Verba (1963, *apud* Przeworski, 1995) “*The Civic Culture*”. A pesquisa identifica as variáveis que influenciam na capacidade dos cidadãos de contribuir politicamente para a sua sociedade por meio da utilização de seu poder de decisão. Como consequência dessas pesquisas, o autor determinou o nível de atividade política dos cidadãos de acordo com o aspecto cultural que, segundo ele, era o critério principal na condução do pensamento político dos civis. Segundo ele, manifestação dos valores e sentimentos dos indivíduos na política era o que determinava o modo como o sistema de governo de um Estado funcionava. Essa premissa foi utilizada por outros estudiosos para ilustrar os debates da resiliência do autoritarismo no Oriente Médio. Silva (2011) explica que as análises desses autores abordam “uma intrínseca incompatibilidade entre valores democráticos e traços culturais que são predominantes na região como, por exemplo, patriarcalismo, tribalismo e Islamismo”.

No contexto da resiliência do autoritarismo nos países árabes, o aspecto cultural aparece como um impedimento às reformas democráticas. Phillips (2008) explica que há um conjunto de argumentos sobre esse tema, cuja preocupação está na categorização do islamismo como impedimento para a democracia no mundo árabe. Segundo ela, alguns teóricos utilizam os princípios do Qur’an<sup>21</sup> em relação à organização política e econômica dos Estados, para mostrar como podem ser explicadas as razões pelas quais esses Estados não desenvolveram um sistema político democrático de governo.

Segundo Samuel Huntington (1993) e Bernard Lewis (1990), o islamismo é, em sua natureza, contrário à democracia. Para eles, a democracia, e seu surgimento, estão

---

<sup>21</sup> Ou, no português, Alcorão, livro sagrado do Islã.

intrinsecamente baseados nos valores culturais do cristianismo ocidental, a saber, especificamente, o individualismo e a igualdade. Em *The Clash of Civilizations*, Huntington mostra que princípios como individualismo, liberalismo, constitucionalismo, direitos humanos, igualdade, liberdade e democracia têm pouca na maioria das vezes, tem pouca influência em culturas islâmicas, hinduístas, budistas, ortodoxas, dentre outras.<sup>22</sup>

Complementando essas premissas, John Waterbury (1983) considera a cultura islâmica como sendo inflexível, e por isso, incapaz de permitir que os auspícios por uma reforma democrática ganhe força dentro das civilizações onde seus hábitos predominam. Para Elie Kedourie (1992), os indivíduos inseridos na cultura árabe e, principalmente, muçulmana não são aptos a reconhecer uma compatibilidade política entre os conhecimentos políticos de sua sociedade e os conhecimentos da sociedade democrática ocidental. Isso significa, para o autor, que dentro de uma sociedade onde não há tradicionalmente um embasamento político necessário para a introdução de um regime democrático, esse governo está predestinado ao colapso. Sendo assim, um regime constitucional representativo funcionaria somente em países europeus e derivados da cultura ocidental.

Em contrapartida, Lewis (2005), ainda em coordenação com Huntington (1998), considera que as tradições religiosas e culturais dos países árabes, nem sempre irão se apresentar hostilidade a um regime de cunho democrático. Os autores descontrolam uma visão mais cedo perpetuada de que a violência é inerente à cultura islâmica, e adotam um argumento que defende a existência de elementos positivos na história dessa cultura que poderiam contribuir com o desenvolvimento de uma democracia, como noções de justiça, rejeição ao despotismo, limites ao poder do estado, dentre outras.

O “contrato social” islâmico que Edmund Burke descreve em sua obra, representa o quadro doutrinal e habitual, a partir do qual o exercício histórico da resistência do autoritarismo deriva sua legitimidade. Segundo ele, os protestos em sociedades muçulmanas ascenderam dentro das sociedades no intuito de estabelecer as metas islâmicas de justiça e defender as liberdades seculares, em particular o direito à subsistência<sup>23</sup>. Tais protestos forneceram aos governantes a oportunidade de reforçar

---

<sup>22</sup> HUNTINGTON, Samuel. *The Third Wave: democratization in the late twentieth century*. Norman: University of Oklahoma Press, 1991.

<sup>23</sup> Como um sistema dual, em que o governo é secular, mas aos muçulmanos é dada a opção de serem julgados por cortes islâmicas regidas pela sharia (código de leis islâmicas baseado no Alcorão).

sua própria legitimidade, olhando para as demandas da sociedade e reafirmando os princípios islâmicos de bom governo na base da justiça.<sup>24</sup>

Kramer (1995), por outro lado, procura demonstrar que o comportamento político dos movimentos islâmicos e de suas orientações referentes ao pluralismo e à democracia, em oposição ao que Burke (1987) aponta, é moldado de maneira mais intensa pelo contexto político em que estes acontecem do que pelo que doutrinas e hábitos islâmicos dizem sobre essas questões.

Dentro desta conjuntura teórica, Phillips (2008) explica que não se pode negar a existência de dados empíricos indicando altos níveis de apoio a uma reforma democrática nos países árabes e islâmicos. Entretanto, ainda há quem questione a maneira como os resultados dessas pesquisas de opinião pública, especialmente, devem ser analisados. Esses resultados, apesar de demonstrarem que a maioria dos entrevistados se posiciona a favor da democracia, também evidencia uma divisão quanto à preferência de um sistema secular ou não secular. Essas pesquisas, segundo Phillips, também indicam que a manutenção das condições de vida básicas nestes países, em geral, se comparada à democracia, apresenta um caráter prioritário na opinião dos cidadãos árabes.

Para Eva Bellin (2004), diante de uma análise dos pré-requisitos para democracia, essas explicações não são satisfatórias, pois a cultura islâmica presente região do MENA não necessariamente explica uma incompatibilidade singular com os valores democráticos. Essas mesma diferenças, segundo ela, podem ser notadas em outras culturas como o Confucionismo e o Catolicismo em diferentes épocas, que foram acusadas de serem incompatíveis com os princípios da democracia e, mesmo assim, isso não impediu de países na América Latina, sudeste europeu e Ásia oriental de passarem por transições democráticas com sucesso.<sup>25</sup>

### 2.3 O contexto econômico doméstico e internacional do autoritarismo

Partindo de uma análise mais geral das tendências econômicas mundiais, é notável que a presença de um modelo econômico neoliberal, protagonizado pelos países

---

<sup>24</sup> Ver: SADIKI, Larbi. *Popular uprisings and Arab democratization*. *Int. J. Middle East Stud.* 2000. P. 79.

<sup>25</sup> Ver também: HUNTINGTON, Samuel P. *The Third Wave: Democratization in the Late Twentieth Century*. *University of Oklahoma Press*. 1991.

ocidentais/capitalistas e democráticos, além de importantes Instituições Internacionais, tem predominado na comunidade internacional durante décadas. O status de poder que esses atores gozam faz com que uma verdadeira administração adaptada a seus costumes/moldes seja imposta aos demais (Sadiki, 2000).

De acordo com a lógica seguida por esta linha de pensamento, para os países que apresentam características autoritárias, a resistência á esse tipo de regime pode leva-los a um posto onde são considerados parte da periferia do sistema internacional. Isso torna mais custoso o processo de resiliência, uma vez que uma série de constrangimentos passa a servir de parâmetro para que os Estados possam estabelecer relações de cooperação com organismos neoliberais e, assim, desenvolverem seus sistemas econômicos. Por outro lado, o conformismo com esses constrangimentos, frutos de prescrições de instituições como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM), também geram custos elevados para esses regimes, pois criam um risco permanente de movimento social, como aconteceu com a queda do regime de Suharto na Indonésia, em 1998. (Sadiki, 2000, p.73)

Dessa forma, a defesa pela democratização em países árabes tem sido sustentada algumas vezes, no âmbito externo, pela vontade destes em não se manterem a margem de toda a economia mundial. Regimes autoritários tendem a controlar fortemente a economia e sofrer com medidas de austeridade ou bloqueios econômicos aplicados pelas instituições internacionais neoliberais e países capitalistas de grande influência no sistema internacional.

Uma linha teórica alternativa que trata da resiliência do autoritarismo nos países árabes identifica a conjuntura econômica doméstica e internacional nas quais os governos estão inseridos, buscando desafiar os argumentos que tomam como base pré-requisitos culturais a partir de um entendimento da natureza daquelas economias. (Silva, 2011). Nesses locais, particularmente, o Estado possui fundações econômicas essenciais para a construção de um cenário político básico para a região. Isso significa que as realidades econômicas, a natureza do processo produtivo predominante e a natureza das fontes de renda do estado condicionam as regras básicas da vida política de cada país, além de influenciar certos parâmetros de estruturas existentes de estado, tais como o grau de centralização e a tendência a um regime autoritário.

No Oriente Médio, a maioria dos países obtém uma parte considerável de seus rendimentos da exportação de hidrocarbonetos, entretanto, outras formas de movimentação econômica, como a dependência da migração de mão-de-obra para

exploração de petróleo, associadas às remessas resultantes desse tipo de atividade, caracterizam o ambiente dos países mais pobres da região. Ainda, os demais países do Golfo contribuem com a economia através do mercado que envolve, por exemplo, o trânsito de turistas. (Posusney, 2005)

Em Beblawi (1987, *apud* Silva, 2011), assim como em outras linhas teóricas, encontra-se uma classificação referente ao tipo de rentabilidade característica desses países, eles são conhecidos como economias rentistas (*rentier economy*). Esse tipo de economia é marcado por uma considerável dependência dos rendimentos de mercados externos. Apenas pequena parte da sociedade detém o poder de gerar riqueza substancial, o restante da população se encarrega da distribuição e utilização dessa riqueza. Nesse caso, o Estado rentista desempenha um papel de receptor do rendimento externo em uma economia rentista.

No contexto da resiliência do autoritarismo nos países árabes, a teoria do Estado Rentista (*rentier state theory*) argumenta que são os rendimentos advindos do ambiente externo, por meio da indústria e comércio do petróleo, ou da assistência internacional, ao invés de questões que envolvam a população, que fazem com que esses países deem continuidade a esses tipos de regimes. No âmbito doméstico, esses regimes apresentam uma dualidade, quando as fontes de renda não produtivas fazem com que os governos se tornem menos dependentes de sua população, como uma ferramenta para produção de riqueza e sustentação do Estado; e, ao mesmo tempo, esse aspecto vai permitir ao governo prover serviços de cunho social e cargos públicos e, assim, angariar maior apoio por parte do povo. Silva (2011) ainda complementa esse aspecto, argumentando que:

Se a oposição à tributação arbitrária foi o motor para a democratização no Ocidente, no Oriente Médio, dado que os líderes destes países não necessitam cobrar tantos impostos de seus cidadãos, observa-se uma menor inclinação por parte desses cidadãos para demandar direitos para atuar mais diretamente nas decisões políticas.

Isso significa que a entidade estatal ganha, assim, uma imagem de provedor de recursos com um caráter independente em relação à sua população. Em casos como este, em que o governo consegue garantir empregos em setores públicos e instituições próprias, fornecer serviços na área de educação e saúde, a existência de ameaças à legitimidade dos regimes autoritários é quase insignificante. Segundo Luciani (1987, *apud* Silva, 2011), “mesmo a receita limitada vinda dramaticamente do exterior melhora

a capacidade do estado para comprar legitimidade através da alocação, além de aumentar a estabilidade do regime” (p. 78, tradução nossa).

## **2.4 Os atores externos: um mecanismo de déficit ou superávit democrático?**

Para entender como se dá a influência de atores externos no processo de reformas democráticas que ocorrem internamente em alguns países árabes, é de extrema importância considerar o contexto do mundo pós-Guerra Fria, com países do Oriente e do Hemisfério Sul tentando sair do subdesenvolvimento e construir suas independências política e econômica, bem como o fracasso dessas tentativas.

Com as falhas das estratégias de desenvolvimento dos países “emergentes”, houve um colapso em suas capacidades econômicas, onde estes se viram incapazes de reconstruir um status de modernização que os igualassem às grandes potências capitalistas, se utilizando apenas de seus esforços individuais. Sendo assim, a alternativa mais propícia para o desenvolvimento político-econômico desses Estados, foi buscar a modernização por meio da internacionalização, que Przeworski (1995) denomina como a “Passagem Norte-Occidente”.<sup>26</sup>

O autor estabelece o argumento da *Modernização via Internacionalização* com base na estratégia de países, visando seu desenvolvimento, de adotarem uma organização política, econômica e cultural já existente em outros lugares, quais sejam: democracia, mercados, e uma cultura individual orientada pelo consumo que domina o mundo capitalista avançado. Nesse sentido, integração se torna sinônimo de internacionalização: integração dentro de uma economia mundial, combinada com uma imitação de padrões econômicos, políticos e culturais prevalentes em países capitalistas avançados.

A estratégia de modernização via internacionalização voluntariamente aceita, no mínimo, uma entrega parcial da soberania nacional nos domínios político, econômico e cultural. Essa estratégia abrange: abertura de mercados locais para penetração estrangeira, abolição de barreiras culturais, e um modelo de instituições políticas nos padrões das de países desenvolvidos.

---

<sup>26</sup> Tradução nossa para “north-west passage”. P.3

Segundo Przeworski, esses direcionamentos fazem com que uma forma de política que antes estava associada à “dominação imperialista”, hoje seja classificada como uma “Prosperidade Universal”. Nesse sentido, a Modernização pode ser resumida de acordo com três características essenciais: Democracia liberal, cultura orientada pelo consumo e capitalismo.

Laurence Whitehead e Philippe Schmitter (1991, *apud* Przeworski, 1995) criaram argumentos sobre a influência externa no processo de democratização. Whitehead identifica três processos pelos quais atores internacionais fazem pressão para a adoção da democracia: Contágio, referente à dissuasão de experiências de um país para o outro, essencialmente por efeito da democratização; Consentimento, também como um mecanismo de caráter voluntário, que envolve a promoção de normas por grupos ou organizações internacionais; e Controle, em contraste com a Condicionalidade - um quarto processo, adicionado por Schmitter (1991) - envolvem sanções para governos que não agem de acordo com prescrições políticas em um âmbito de doadores bilaterais ou multilaterais, como prescrições econômicas que ocorrem, por exemplo, no Banco Mundial.

Em contraponto aos teóricos da Modernização, há uma abordagem conhecida como paradigma da transição, que se desenvolveu também com base nas transições de regimes autoritários para democráticos que ocorreram na América do Sul e no leste Europeu nos anos setenta. Sua premissa central é que qualquer país que esteja afastando-se de alguma maneira de um regime ditatorial ou autoritário pode ser considerado como um país em transição para a democracia (Silva, 2011).

O paradigma da transição ainda sustenta que, ao contrário do que explica a teoria da modernização, as condições socioeconômicas e culturais de um país não influenciam nas implicações que um procedimento voltado para a introdução da democracia terá em determinado país. Nesse sentido, a opinião das elites políticas em relação ao estabelecimento de uma estrutura nos moldes democráticos dentro de sua sociedade, seria o fator de maior acuidade, pois essa mesma elite é detentora da força necessária para distanciar a oposição remanescente.

Em adição a este pressuposto, há o argumento de que a democratização considera uma sequência de estágios que, segundo Silva (2011), se organizam como:

[...] o período de abertura (um processo de liberalização política que promove o início de uma contínua desestabilização e deslegitimação do regime autoritário); o avanço nas rupturas com o regime autoritário (eventual colapso

do regime autoritário e a emergência de um sistema democrático marcado por eleições nacionais e o estabelecimento de uma estrutura institucional democrática); e, finalmente, o período de consolidação (um processo lento, não obstante contínuo, em que as estruturas institucionais democráticas vão se cristalizando em práticas e hábitos da sociedade como um todo).

Ainda contribuindo para a complexidade da estrutura teórica desse modelo de transição, há a proposição referente à confiança na centralidade das eleições para a promoção da democracia. Esse aspecto, de acordo com Piscaroti (2000), além de assegurar legitimidade aos novos governos instituídos após o regime autoritário, enaltecem a participação da sociedade no exercício de sua cidadania, influenciando no processo de *accountability* ou *feedback*<sup>27</sup>.

Levando em consideração essa experiência interna do exercício da cidadania, autores como Posusney (2005), defende a participação de atores internacionais dentro dos processos de transição como algo a se pensar de forma positiva para a transição democrática, na medida em que estes podem, em determinado grau, ajudar os países que estão passando por reformas políticas, por exemplo, assegurando que não haja ocorrência de fraudes nem coerção de voto, por meio do monitoramento das eleições.

Por outro lado, há estudiosos, como é o caso de Langoh (2005), que enxergam na intervenção externa um fator negativo para a região. Segundo ela, o contexto em que ONGs e OIs atuam no sistema internacional, compostas e movidas de acordo com interesses oriundos dos benefícios da assistência externa, reflete uma contradição com a ideia de uma vontade pura de lutar ativamente pelo surgimento de regimes democráticos. Isso seria então o ponto principal para se prestar atenção, no intuito de entender em que sentido a resiliência do autoritarismo dependeria do real alcance da ajuda externa nos processos de transição para democracia em países árabes, e dos benefícios que esse apoio promove.

Demonstrando outro aspecto referente à intermediação de atores internacionais, Bellin (2004) elabora um discurso que envolve, além de outras questões, a promoção da democracia nos países árabes como um artifício gerenciado pelo interesse ocidental, principalmente, no que tange ao aumento de fontes de petróleo e na contenção da ameaça de grupos radicais islâmicos. Isso explicaria os casos em que a assistência ocidental fornece ferramentas de segurança, que podem eventualmente ser utilizadas

---

<sup>27</sup> PISCAROTI, James. **Islam, Islamists, and the Electoral Principle in the Middle East**. Leiden, ISIM, 2000.

para a repressão de grupos opositores ao regime autoritário e, assim, a manutenção no poder das elites incumbentes.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O cenário atual do mundo árabe se encontra marcado por conflitos, que antes já existiam, mas que hoje apresentam maior incidência na mídia internacional. As práticas terroristas e as ameaças radicais advindas do Grupo Estado Islâmico (ISG) ganharam um espaço que era dominado academicamente pela preocupação com as transições democráticas nos países árabes, em virtude das reformas políticas durante a primavera árabe. A priorização das questões de segurança tanto pelos formuladores de política, quanto pelos produtores de conhecimento, ao passo que traduz uma necessidade da sociedade internacional, deixa a desejar no âmbito político, quando se trata da constante existência de discursos envolvendo características ocidentais e que muitas vezes se encaixam em conjunturas de governos democráticos, dentro do ambiente doméstico dos regimes autoritários.

Dentro deste contexto, as perspectivas da política (em termos de governos autoritários) no mundo árabe ainda demandam atenção no ramo da produção de conhecimento. A complexidade e a diversidade de debates sobre o tema fazem com que a situação política dos países daquela região não seja, de certa forma, tão acessível à comunidade internacional, se comparada a outras questões, como as que tratam do tema de segurança.

Dessa forma, é indispensável tomar conhecimento dos aspectos que ressaltam as particularidades que envolvem esse contexto do autoritarismo no Oriente Médio e Norte da África. Ao tratar da resiliência desses governos nesse ambiente, por meio de uma compilação dos principais aspectos que realçam as discussões sobre o tema, tem-se um aparato teórico fundamental para proporcionar aos debates um caráter mais notório no meio acadêmico, em geral.

A contribuição dessa junção de conceitos, opiniões e abordagens cria um espaço dentro do campo das Relações Internacionais para o desenvolvimento de diversas outras teorias que abarcam as particularidades dos países árabes, desde assuntos que tratam do conflito árabe-israelense, ou da exploração de petróleo, até questões como feminismo e tolerância em geral, no que tange aos direitos humanos. Ainda, estimula a pesquisa e elaboração, principalmente no Brasil, de abordagens que expressem certo grau de amadurecimento em termos de visões ocidentalizadas sobre temáticas interiorizadas em um mundo oriental.

## REFERÊNCIAS

- AMERICAN-ARAB ANTI-DISCRIMINATION COMMITTEE. *Facts about Arabs and the Arab World*. Disponível em: < <http://www.adc.org/2009/11/facts-about-arabs-and-the-arab-world/>>. Acesso em: 30 set. 2015.
- ARAB LEAGUE ONLINE. *Presentation of the Arab League*. Disponível em: <<http://www.arableagueonline.org/hello-world/#more-1>>. Acesso em: 10 jan. 2015
- BEBLAWI, Hazem and LUCIANI, Giacomo. *The Rentier State*. Istituto Affari Internazionali, 1987.
- BELLAMY, Alex J. *Libya and The Responsibility to Protect: The Exception and The Norm*. *Ethics & International Affairs*. 2011.
- BELLIN, Eva. *The Robustness of Authoritarianism in the Middle East: Exceptionalism in Comparative Perspective*. In: *Comparative Politics*, Vol. 36, No. 2. 2004. P. 139-157.
- BRUMBERG, Daniel. *Liberalization versus Democracy: Understanding Arab Political Reform*. In: *Carnegie Endowment for International Peace*. No 37. 2003.
- BRUMBERG, Daniel. *The Trap of Liberalized Democracy*. In: *Journal of Democracy*, Vol. 13, No. 4. 2002. P. 56-68.
- BURKE, Edmund. *Understanding Arab Protests Movement*. *Arab Studies Quarterly* 8. 1987. P. 336-343.
- CAROTHERS, Thomas. *Taking Stock of Democracy Assistance*. In: COX, Michael, et al. *American Democracy Promotion*. Oxford University Press Inc, Nova Iorque, 2000. P. 181 -200.
- CAVATORTA, Francesco. *Civil Society Activism under Authoritarian Rule: A Comparative Perspective*. Routledge, Nova Iorque: 2013. P. 1-13.
- CHESTERMAN, Simon. *“Leading from behind” The Responsibility of Protect, the Obama Doctrine, and Humanitarian Intervention after Libya*. *Ethics & International Affairs*. 2011.
- COLLIER, David and LEVITSKY, Steven. *Democracy with Adjectives: Conceptual Innovation in Comparative Research*. *World Politics*, vol. 49, no. 3, 1997. Pp. 430-51.
- DAHL, Robert A. *Sobre a Democracia*. Editora Universidade de Brasília, 2001. P. 57-74.
- DAHL, Robert A. *What Political Institutions Does Large-Scale Democracy Require?* *Political Science Quarterly*. 2005.

DAHL, Robert A. *Polyarchy: participation and opposition*. New Haven: Yale Univ. Press. Nova Iorque. 1971.

DAWN, C. Ernest. *The Origins of Arab Nationalism*. In: KHALIDI, Rashid, et al. *The Origins of Arab Nationalism*. Columbia University Press, Nova Iorque, 1991.

DIAMOND, Larry. *Rethinking democracy: towards democratic consolidation*. *Journal of Democracy*. Londres, 1994. Vol. 5. P. 4–17.

GHADBIAN, Najib. *Democratization and the Islamist Challenge in Arab World*. Westview Press, Boulder, CO. 1997.

HAWTHORNE, Amy. *Political reform in the arab world: A New Ferment?* *Carnegie Endowment*. 2004.

HUNTINGTON, Samuel P. *The Clash of Civilizations*. *Foreign Affairs*. 1993.

HUNTINGTON, Samuel P. *The Third Wave: Democratization in the Late Twentieth Century*. *University of Oklahoma Press*. 1991.

KADOURI, Elie. *Democracy and Arab Political Culture*. *Washington Institute for Near East Policy*. Washington, 1992.

KESHAVARZIAN, Arang. *Contestation Without Democracy: Elite Fragmentation in Iran*. In: POSUSNEY, Marsha Pripstein; ANGRIST, Michele Penner. *Authoritarianism in the Middle East: Regimes and Resistance*. Boulder, CO: Lynne Rienner. Londres, 2005.

KHALIDI, Rashid. *The origins of arab nationalism*. *Columbia University Press*, 1991.

KRÄMER, Gudrun. *Islam and Pluralism*. In: KORANY, Bahgat; BRYNEN, Rex; NOBLE, Paul. *Political Liberalization and Democratization in the Arab World*, vol. 1: *Theoretical Perspectives*. *Lynne Rienner Publishers, Boulder*, Londres. 1995. P. 113-123.

KUNNATHODI, Abdul Rasak. *Arab nationalism: The way to Nation States*. *Jawaharlal Nehru University*, Nova Deli: 2011.

LANGOHR, Vickie. *Too Much Civil Society, Too Little Politics? Egypt Other and Liberalizing Arab Regimes*. In: POSUSNEY, Marsha Pripstein; ANGRIST, Michele Penner. *Authoritarianism in the Middle East: Regimes and Resistance*. Boulder, CO: Lynne Rienner. Londres, 2005.

LEWIS, Bernard. *The Roots of Muslim Rage*. *The Atlantic Monthly*, vol. 266. 1990. P. 24-28.

LUCIANI, Giacomo. *Allocation vs. Production States: A Theoretical Framework*. In: BEBLAWI, Hazem and LUCIANI, Giacomo. *The Rentier State*. *Istituto Affari Internazionali*, 1987

MAOZ, Zeev; RUSSET, Bruce. *Normative and structural causes of democratic peace 1946-1986*. *The American Political Science review*, vol.87, No 3. 1993. P. 624-638.

OXFORD ANALYTICA. *Security fears will strengthen arab authoritarianism*. Disponível em: <<https://www.oxan.com/oxweb/infographics/ArabAttitudes.aspx>>. Acesso em: 24 mai. 2015.

PHILLIPS, Sarah. *Yemen's democracy experiment in regional perspective*. *Palgrave Mcmillan*. 2008. P. 1-37.

PISCAROTI, James. *Islam, Islamists, and the Electoral Principle in the Middle East*. *Leiden, ISIM*. 2000.

POSUSNEY, Marsha Pripstein; ANGRIST, Michele Penner. *Authoritarianism in the Middle East: Regimes and Resistance*. *Boulder, CO: Lynne Rienner*. Londres, 2005.

RONIGER, Luis and GUNES-ATAYA, Ayse. *Democracy, Clientelism, and Civil Society*. *Boulder: Lynne Reinner*, 1994.

RUSSET, Bruce. *Grasping the democratic peace: principles for a post-Cold War world*. *Princeton University Press*. 1993.

SADIKI, Larbi. *Popular uprisings and Arab democratization*. *Int. J. Middle East Stud*. 2000. P. 71-95.

SCHUMPETER, Joseph. *Capitalism, Socialism and Democracy*. Nova Iorque, Taylor & Francis. 2003. P. 269 – 296.

SILVA, Ana Paula Maielo. **Democracia versus Resiliência: autoritarismo e reformas políticas nos países árabes**. Campinas, 2011. Trabalho não publicado.

THOMPSON, Edward P. *The Moral Economy of The English Crowd in the Eighteen Century*. *Past and Present*, nº 50. 1971. P. 76-136.

VALASEK, Thomas. *What Libya says about the future of the transatlantic alliance*. *Centre for European Reform Essays*. 2011.

VITALE, Denise. **Representação política e participação: reflexões sobre o déficit democrático**. Florianópolis, 2007. Rev. Katálv. 10, n. 2, p. 143-153. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rk/v10n2/a02v10n2.pdf>>. Acesso em: 18 nov. 2014.

WATERBURY, John. *The Egypt of Nasser and Sadat: The Political Economy of Two Regimes*. *Princeton University Press*. 1983.